

## SÃO MIGUEL ARCANJO E SAN IGNACIO MINI: AS MISSÕES JESUITICO-INDÍGENAS NAS POLÍTICAS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE BRASIL E ARGENTINA<sup>1</sup>

Sandi Mumbach<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho abordamos algumas reflexões sobre a patrimonialização dos sítios de São Miguel Arcanjo e São Ignácio Mini, e através deles, a inserção do legado jesuítico-indígena nas respectivas políticas nacionais de patrimonialização de Brasil e Argentina. Ambos países criaram instituições de seleção e preservação de patrimônios históricos no final da década de 1930, desenvolvidas para salvaguardar os patrimônios nacionais e reforçar as respectivas identidades nacionais, ambas instituições agiram sobre os remanescentes jesuítico-indígenas presentes em seus territórios. No Brasil, dentre diversos remanescentes jesuítico-indígenas da região das Missões, o sítio de São Miguel Arcanjo foi o foco de atuação do SPHAN. Na Argentina, o sítio de San Ignacio Mini foi o centro das atenções da CNMMyLH, em Misiones. A atuação destas instituições sobre estes sítios e o processo de valoração e composição de discursos sobre estes é o que discutimos neste artigo.

**Palavras-chave:** Missões jesuítico-indígenas; patrimonialização; valoração.

**Resumen:** En este trabajo traemos reflexiones sobre la patrimonialización de los sitios de São Miguel Arcanjo y São Ignácio Mini, y a través de ellos, la inserción del legado jesuítico-indígena en las respectivas políticas nacionales de patrimonialización de Brasil y Argentina. Ambos países crearon instituciones de selección y preservación del patrimonio histórico a fines de la década de 1930, desarrolladas para salvaguardar el patrimonio nacional y reforzar sus respectivas identidades nacionales, ambas instituciones actuaron sobre los remanecientes jesuítico-indígenas presentes en sus territorios. En Brasil, entre varios remanecientes de la región jesuítico-indígenas de la região das Missões, el sitio de São Miguel Arcanjo, fue el enfoque de SPHAN. En Argentina, el sitio de San Ignacio Mini, fue el centro de actuación de la CNMMyLH en Misiones. El desempeño de estas instituciones en estos sitios y el proceso de evaluación y composición de discursos sobre ellos, es lo que discutimos en este artículo.

**Palabras-clave:** Misiones jesuítico-indígenas; patrimonialización; poner en valor.

**Abstract:** In this work we bring some reflections on the heritage process of the sites of São Miguel Arcanjo and São Ignácio Mini, and through them, the insertion of the jesuit-indigenous legacy in the respective national politics of heritage process of Brazil and Argentina. Both countries created institutions for the selection and preservation of historical heritage in the late 1930s, developed to safeguard national heritage and reinforce their respective national identities, both institutions acted on the jesuit-indigenous remnants present in their territories. In Brazil, among several jesuit-indigenous remnants of the Missões region, the São Miguel Arcanjo site was SPHAN's focus. In Argentina, the San Ignacio Mini site was the focus of CNMMyLH's attention, in Misiones. The performance of these institutions on these sites, the process of valuation and composition of discourses about them is what we discuss in this article.

**Keywords:** Jesuit-indigenous Missions; heritage process; valuation.

---

1 Este artigo integra o projeto de pesquisa de doutorado intitulado “A trajetória de patrimonialização das missões jesuítico-guarani nos territórios de Brasil e Argentina ao longo do século XX”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na linha de pesquisa Memória e Patrimônio, e que conta com financiamento CAPES/DS.

2Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, Mestre (2018), pela mesma instituição e programa, graduada em História Licenciatura Plena e Bacharelado.

## INTRODUÇÃO

A província Jesuítica do Paraguai foi edificada na região da bacia do rio da Prata<sup>3</sup> entre os séculos XVII e XVIII. Esta experiência singular de contato entre europeus e grupos indígenas, permitiu a construção de dezenas de povoados nas margens dos rios Uruguai e Paraná. Junto com os pujantes núcleos urbanos<sup>4</sup>, foram sendo edificadas práticas culturais, econômicas e sociais únicas, frutos da negociação entre indígenas e sacerdotes. Para a coroa espanhola, tratava-se de um projeto de proteção das fronteiras americanas, frente ao avanço português, um intento em disseminar o catolicismo entre os nativos, e através dele, os preceitos culturais europeus. Para os grupos indígenas que integraram esta experiência, o projeto missional foi uma alternativa frente às ameaças de bandeirantes e *encomenderos*, que disputavam o domínio dos grupos e a utilização da sua força de trabalho. O declínio do projeto jesuítico-indígena iniciou-se com a intensificação das disputas fronteiriças entre Espanha e Portugal, na região platina, na segunda metade do século XVIII, e seu fim definitivo chegou com o processo de formação dos Estados nacionais, no início do século XIX.

A formação dos Estados nacionais<sup>5</sup> na região platina, as disputas dos grupos regionais por poder, e pela delimitação das fronteiras, impuseram a desorganização dos povoados e a destruição de grande parte das edificações urbanas destes. Ao longo do século XIX, os remanescentes dos antigos povoados localizados em territórios de Brasil, Argentina e Paraguai sofreram toda sorte de abandono e depredação. Os relatos de diversos viajantes<sup>6</sup> nos revelam o estado de vários destes sítios em ruínas. Além de contribuírem para a compreensão do estado das edificações, os seus relatos dos viajantes foram narrativas que ajudaram a inserir Misiones e seus habitantes no imaginário nacional argentino. (JAQUET, 2005).

---

3 O projeto missional se assentou nas margens de dois importantes afluentes da bacia do rio da Prata, os rios Paraná e Uruguai. O controle destas vias era essencial para a Coroa espanhola, uma vez que permitiam o acesso ao interior do continente.

4 Destacamos que foram diversas as fases do desenvolvimento dos povoados reduccionais, a construção de núcleos urbanos com edificações de grande porte e com materiais construtivos duráveis refere-se a uma das fases finais deste processo, sobretudo o período 1685 a 1740. (MAEDER, 1999).

5 A expulsão dos jesuítas (1768), a falta de conhecimento dos novos sacerdotes designados e a ausência de políticas comuns e integradas à todos os povoados, causou a desintegração de lógicas existentes no espaço missional, que já não tinha espaço nos projetos de formação das novas nações na região. (POENITZ, 1999).

6 August Saint Hilaire (1820-1821), Arsene Isabelle (1833-1834), Ramnón Lista (1882), Rafael Hernandez (1883), Eduardo Ladislao Holmberg (1886), Juan Bautista Ambrosetti (1891, 1892, 1894), Florêncio Basaldúa (1897-1989), Juan Queirel (1899, 1901).

Tanto em território argentino, quanto em território brasileiro, a intensificação de políticas migratórias<sup>7</sup>, levou ao território dos antigos povoados missioneiros novos grupos povoadores, e com estas, novas formas de pensar e agir sobre esse espaço, que outrora pertencera à experiência jesuítico-indígena. Nesse processo, foram comuns o uso dos materiais construtivos dos povoados para a construção de novas edificações e projetos, por indivíduos e até mesmo pelo poder público. Como também, foi intensa a retirada de objetos dos sítios, pelos povoadores, exploradores e colecionistas, e até mesmo, por parte de renomados museus, como é o caso dos objetos retirados dos sítios de Misiones a mando do Museu de la Plata. (BARRIO, 1932, p.199).

As primeiras solicitações, ações ou intervenções sobre os sítios dos antigos povoados missioneiros em Misiones (Argentina) e na região das Missões (Brasil), viriam ocorrer no início do século XX. Acompanhar o processo de patrimonialização nestas regiões, pressupõem acompanhar o processo de criação e consolidação das respectivas instituições nacionais de seleção e preservação dos patrimônios históricos. Como afirmam Choay (2002) e Ballart (1997), cada nação escolheu um caminho para a patrimonialização, escolheu quais elementos do passado seriam rememorados e consagrados. A patrimonialização se fortaleceu junto com o fortalecimento dos discursos nacionais, ressignificado as relações com o passado. E ao mesmo tempo em que a patrimonialização foi se consagrando, e se instalando, como um eixo de ação dos estados-nações, o conceito foi sendo apropriado, acomodado, modificado, conforme cada realidade.

No início do século XX foram organizadas as primeiras diretrizes, legislações, políticas e instituições de seleção e preservação dos patrimônios em cada país, marcando um grande período de atribuição de valores a elementos do passado. Llorenç Prats define este processo como *activación patrimonial*, que para o autor, difere de *la puesta en valor*, “la activación, más que la puesta en valor tiene que ver con los discursos” (PRATS, 2005, p. 02). Prats (1997) afirma que o patrimônio é *invenção e construção social*<sup>8</sup>. É invenção, por ser uma composição de elementos extraídos de uma determinada realidade, que passaram a compor uma nova realidade, em um novo contexto e com novos sentidos. É

---

7 Na região das Missões esse processo ocorreu, sobretudo, no final do século XIX, e início do século XX. Em Misiones, da mesma forma a formação de colônias de povoamento intensificou-se nesse período, sobretudo o início do século XX, e passando a receber também muitos grupos de imigrantes europeus e descendentes destes, vindos do Brasil. (GALLERO; KRAUTSTOFL, 2010).

8 Para o autor, a invenção se refere a processos pessoais e conscientes de manipulação, enquanto que a construção social se trataria de processos impessoais e inconscientes (PRATS, 2005).

construção por ser um artifício pensado por alguém, em determinado lugar e momento, para determinados fins. Para Prats (2005) os processos de *ativação* patrimonial dependem fundamentalmente dos poderes políticos e de ações de negociação, pois toda ativação patrimonial comporta um *discurso*. Sendo assim, compreender os processos de patrimonialização dos remanescentes jesuítico-indígenas em Misiones e na região das Missões nos exige compreender os processos de ativação patrimonial, e a organização e composição dos discursos sobre estes.

### **SÃO MIGUEL ARCANJO: A ATIVAÇÃO PATRIMONIAL**

As primeiras ações efetuadas em um sítio jesuítico-indígena no Rio Grande do Sul foram realizadas pelo governo estadual. O Regulamento de Terras, de 1922, estabeleceu o título de Lugares Históricos a lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do estado, assim, em 1925, o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo<sup>9</sup> foi consagrado o primeiro patrimônio histórico estadual. Essa declaratória também implicou nas primeiras ações de cercamento, limpeza e proteção<sup>10</sup>. (MEIRA, 2008. p.221).

Esta iniciativa estadual na preservação do sítio de São Miguel Arcanjo refletiu nas primeiras ações sobre o sítio, e precederam a atuação do SPHAN, que firmaria a preservação dos remanescentes de São Miguel Arcanjo, no final da década de 1930. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>11</sup> (SPHAN) que, posteriormente passou a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, foi criado em 1937, com o objetivo de selecionar os bens que integrariam o conjunto dos patrimônios nacionais e desenvolvendo a proteção estatal sobre estes. Arelada à ideia de construção das identidades nacionais, a noção de patrimônio histórico-cultural se delineou no processo de consolidação dos Estados-nações modernos, sobretudo, no final do século XIX e início do século XX. No Brasil, essa necessidade se acentuou na década de 1930: “[...] A partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo,

---

9 Nesse período, o lugar onde localizava-se o sítio histórico de São Miguel era distrito do município de Santo Ângelo, o processo emancipatório e as relações dos grupos políticos com o patrimônio histórico em São Miguel e Santo Ângelo foi o tema abordado em nossa dissertação de mestrado (MUMBACH, 2018).

10 As obras efetuadas no período de 1925 a 1927 foram dirigidas pelo engenheiro João Dahne, chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa. (LEAL, 1984).

11 A criação deste órgão por expoentes da Semana de Arte Moderna enquadrava-se nas preocupações do governo federal com a construção de uma identidade nacional, baseada no poder de representação dos patrimônios históricos e artísticos.

de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado” (FONSECA, 2005, p.104).

O tombamento do sítio de São Miguel Arcanjo, ocorreu em 1938, o SPHAN passaria então, a atuar intensivamente no sítio. Entretanto, enquanto o sítio de São Miguel ganhava protagonismo nas ações de preservação, outros remanescentes foram perdidos. É o caso do colégio jesuítico de São Luiz Gonzaga, demolido pelo poder público municipal, no início da década de 1930, com a alegação de que havia infestação de morcegos, colocando em risco a saúde e higiene públicas. A onda de destruição também afetou a casa construída em material missioneiro<sup>12</sup> que, mesmo tombada pelo SPHAN em abril de 1938, foi demolida alguns anos mais tarde (MEIRA, 2008).

As intervenções no sítio de São Miguel, a cargo do arquiteto Lucas Mayhorfer, iniciaram em 1938 se estendendo até 1940, essas obras<sup>13</sup>, de grande envergadura garantiram a estabilização de boa parte das edificações, sobretudo do templo. Novas obras viriam nos anos 1954-1955 e entre 1967 a 1980. Para além da proteção efetiva das edificações, a implantação do SPHAN em São Miguel, no final da década de 1930, demarcou mudanças profundas, para além da área do sítio arqueológico, e que se intensificaram ao longo das décadas seguintes:

“A partir de então a intervenção do governo federal foi constante para a manutenção do bem cultural, delimitações do sítio, novas obras de limpeza, conservação, escavações arqueológicas, manutenção e restauração das ruínas foram realizadas. Todas as ações empreendidas pelos órgãos de patrimônio alteraram também a formação da cidade, o rearranjo de pontos públicos e a realocação de imóveis”. (MARCHI; DA SILVA; DEZORDI 2015, p.150).

Essa presença<sup>14</sup> foi firmada também com a construção do Museu das Missões, criado em 1940, um projeto ambicioso realizado por Lucio Costa, que reproduzia a estética das antigas edificações missioneiras. Todas estas ações somaram-se aos interesses do poder público de fomentar a atividade turística na região, conferindo assim,

---

12 Localizada em Entre-Ijuis, próximo ao município de Santo Ângelo. “A casa teve a notificação expedida em fevereiro de 1938 e o seu proprietário, cabo do Exército, anuiu, mas propôs vendê-la ao SPHAN, sendo que não houve interesse na aquisição. A casa foi demolida não se sabe quando nem por que”. (MEIRA, 2008, p.245).

13 Mayhofer reforçou os alicerces, empregando técnicas de numeração das peças, demolição e reconstrução. (LEAL, 1984).

14 A presença do SPHAN no sítio foi contínua, através da constante monitoração por técnicos da instituição sobre o sítio, que implicaram nas constantes intervenções já citadas, pela organização do acervo do museu no sítio e posteriormente com a criação do Escritório técnico em junto ao sítio de São Miguel, em 1989, período em que o sítio já havia sido reconhecido Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (1983).

protagonismo aos remanescentes do antigo povoado de São Miguel, enquanto as edificações de outros povoados<sup>15</sup> receberam atenção apenas décadas mais tarde. Os povoados de São Nicolau, São João Batista e São Lourenço Mártir, só foram tombadas pela instituição em 1969. Estes sítios receberiam alguns estudos e intervenções arqueológicas nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto as intervenções para a preservação dos sítios teriam sido esporádicas, sem um planejamento de continuidade na preservação, obras com maior relevância ocorreram apenas na década de 1980 e sobretudo, a partir dos anos 2000.

### SAN IGNACIO MINI: A ATIVAÇÃO PATRIMONIAL

Em Misiones percebemos um processo semelhante, o direcionamento das ações de preservação sobre o sítio do antigo povoado de San Ignacio Mini. Na Argentina, a intensa chegada de grupos migratórios, fomentou um esforço por parte do Estado e dos intelectuais em reforçar os elementos de identificação nacional. Algumas ações, nesse sentido, passaram a ser realizadas desde o início do século XX, mas foi em abril de 1938 que foi criada a *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos*<sup>16</sup> - *CNMMyLH*. Conforme Uribarren (2009), a nova instituição surgiu buscando fomentar a “educación patriótica del Pueblo por medio de la historia, formación de una conciencia nacional, valoración de la arquitectura nacional, definición del patrimonio cultural, actitudes nacionalistas que se exteriorizan en una articulación entre tradición y progreso” (p.218).

Desde de sua criação, a *CNMMyLH* passou a publicar boletins anuais, nos quais relatava e detalhava a atuação de seus técnicos e profissionais. Nestes documentos é possível perceber a intencionalidade da instituição em realizar a *declaratória*<sup>17</sup> e a salvaguarda dos remanescentes jesuítico-indígenas em Misiones, sobretudo do sítio de

15 O tombamento dos sítios de São Lourenço, São Nicolau e São Joao Batista ocorreram em 1970. Os antigos povoados de São Borja, Santo Ângelo e São Luís Gonzaga não apresentam sítios históricos pelo processo de urbanização que sofreram.

16 Maíne Barbosa Lopes (2019) destaca que as décadas de 1930 e 1940 caracterizaram-se no auge das políticas estatais de valorização dos bens históricos na Argentina. A criação da *CNMMyLH* representou a culminância de uma série de projetos anteriores que já vinham pautando a preservação de objetos, restos arqueológicos e edifícios históricos.

17 Diferente do SPHAN, que criou a prática do tombamento, como mecanismo de proteção dos patrimônios históricos, a *Comisión* argentina criou os Atos declaratórios, estas declaratórias forneciam o embasamento para a proteção do bem, e dependiam da aprovação do poder executivo.

San Ignacio Mini. Ricardo Levene<sup>18</sup>, presidente da *Comisión*, relatava a urgência de realização de intervenções nos remanescentes de Misiones:

“Tal es el caso de las ruinas de la misión jesuítica de San Ignacio-Mini, hermosa obra arquitectónica cuya desaparición total es cuestión de meses si no se atiende de inmediato y con premura a su construcción, o, por lo menos a su reconstrucción parcial. La invasión del bosque y la maleza, que ha terminado por voltear los muros; la substracción por parte de turistas y pobladores locales, que han utilizado las piedras para construir sus viviendas, y la lógica acción del tiempo, han contribuido a convertir aquella célebre misión en un hacinamiento de piedras desmoronadas, que aún se estaría a tiempo de reconstruir siquiera sea parcialmente”. (COMISIÓN..., 1939, N. 1, p.127).

Entretanto, ainda que a opinião de diversos profissionais da instituição corroborasse para que a mesma intervisse nos sítios de Misiones, estas ações não foram imediatas. Diferente do sítio de São Miguel Arcanjo, no Brasil, o sítio de San Ignacio não havia recebido intervenções relevantes até a criação da *CNMMYLH*. Desta forma, a instituição enviou profissionais ao sítio de San Ignacio em 1938, para que empreendessem as intervenções básicas, de limpeza, remoção da vegetação e cercamento. De 1938 a 1940 as intervenções ficaram a cargo do arquiteto Jorge Cordés, cujas técnicas empregadas não teriam sido as mais adequadas<sup>19</sup>. De 1941 a 1948 o arquiteto Carlos Onetto coordenou as ações no sítio, desta vez, as intervenções teriam sido com a utilização de técnicas<sup>20</sup> adequadas, sendo responsáveis pela salvaguarda das maiorias das edificações.

Mesmo tendo iniciado as intervenções em San Ignacio Mini, a *CNMMYLH* enfrentou problemas burocráticos em torno da posse do terreno onde localizava-se o sítio, conseguindo solucionar este problema apenas em 1943. Neste mesmo ano, a *Comisión* efetivou a *declaratória*<sup>21</sup> do sítio de San Ignacio como Monumento Histórico Argentino. Junto desta *declaratória* incluía-se os sítios de Apostoles, Concepción, San Javier e San José, *señalados* como Lugares Históricos. Nesta categoria eram inclusos lugares onde

---

18 Levene era historiador, teve ampla participação na *Junta de Historia y Numismática Americana* e na *Academia Nacional de Historia*. Foi Professor de história no Colégio Nacional Mariano Moreno. - Professor na UBA, Faculdades de Direito e Filosofia e Letras, Professor da Faculdade de Humanidades na Universidad Nacional de La Plata, e Presidente da mesma (1930-1931 e 1932-1935), além de Decano da Faculdade de Humanidades desta. Foi presidente da *CNMMYLH* (1938-1946), e publicou mais de trinta obras (LOPES, 2019).

19 Levinton (2009) destaca que os escritos deixados por Cordés demonstram uma consonância com as normas internacionais sobre intervenções em patrimônios históricos, mas na prática teria ocorrido realocação de materiais em locais não originais e a utilização de materiais externos ao sítio. A urgência em empreender as primeiras intervenções teriam impedindo uma intervenção mais minuciosa e detalhada (p.55).

20 A técnica utilizada foi a anastilose, que prevê a marcação das peças, o desmonte das estruturas e a reconstrução. Esta técnica já havia sido utilizada pelo SPHAN em São Migue.

21 Decreto 16.482, de 17 de diciembre de 1943.

havam transcorridos eventos ou fatos históricos considerados de relevância, mas que não necessariamente teriam deixado alguma materialidade. Desta forma, as ações da instituição seguiram conferindo centralidade ao sítio de San Ignacio Mini, e não direcionaram grandes esforços aos demais sítios.

Uma nova *declaratória*<sup>22</sup>, em 1945, realizaria a patrimonialização do sítio de Santa María la Mayor<sup>23</sup>, justificando: “Que los antecedentes históricos de dichas ruinas y el paraje donde se hallan emplazadas, de innegable interés para el turista, justifican la declaración que se solicita” (Decreto 31.453/45, de 10 de diciembre de 1945). Neste mesmo ano teriam iniciado as intervenções primárias de limpeza e preservação do sítio. Entretanto, dos boletins da *Comisión* analisados, até 1962, não encontramos detalhamentos dos trabalhos desenvolvidos em Santa María la Mayor.

O foco de atuação da *Comisión* foi o salvamento do sítio de San Ignacio Mini, quando as intervenções alcançaram o sítio de Santa María la Mayor, a instituição atravessou uma fase conturbada, com troca de profissionais, interferências políticas e revisão de práticas, afetando a atuação sobre os sítios. Tampouco os outros sítios de Misiones conseguiram ver efetivados planos de intervenção naquele momento. Depois das declaratórias realizadas na década de 1940, novas declaratórias foram realizadas em Misiones somente quarenta anos mais tarde. Em 1983, foram inclusos na lista dos patrimônios nacionais, o Conjunto Jesuítico de Loreto, o Conjunto Jesuítico de Santa Ana, o Conjunto Jesuítico La Candelária e o Conjunto Jesuítico de Mártires, classificados como Monumentos Históricos.

## **AS MISSÕES JESUITICO-INDIGENAS NAS RESPECTIVAS NARRATIVAS NACIONAIS**

Os primeiros passos na trajetória da patrimonialização, resultaram da emergência de uma ideia de cultura claramente instrumentalizada pela invenção do conceito de patrimônio do Estado-nação. “El auge del nacionalismo como fenómeno característico de las sociedades modernas es uno de los factores que más ayudan a entender la pasión por conservar el legado histórico patrimonial” (BALLART, 1997, p.193).

---

22 Decreto 31.453/45, de 10 de diciembre de 1945.

23 Diferente de San Ignacio Mini, localizada próximo ao rio Paraná, o sítio de Santa Maria la Mayor localizava-se próximo às margens do rio Uruguay, deslocando, de certa forma, o centro de atuação da *Comisión* em Misiones.



SPHAN e *CNMMyLH* foram criadas no momento em que se acentuava a necessidade de fortalecimento das identidades nacionais em ambos países<sup>24</sup>, no final da década de 1930. Cada instituição surgiu do amadurecimento das discussões e concepções do conceito de monumento/patrimônio engendradas em seu meio. Apesar das singularidades de cada instituição, os objetivos eram comuns, era preciso consolidar uma narrativa que reforçasse a identidade nacional e elencar os dispositivos materiais que sustentariam estes discursos: os patrimônios/monumentos históricos.

A historiografia argentina do século XIX tinha um olhar profundamente anti-hispânico, anticatólico e anti-rosista. Entretanto houve uma mudança de clima ideológico no fim de século, assimilando questões sociais, as influências dos grupos migratórios, e transformando as relações entre Estado e Igreja:

“En un país cuya demografía crece y su cultura se transmuta al calor de los movimientos inmigratorios, surge un nacionalismo que inventa el «mito de la nación católica» en Argentina, que frente a la crisis del liberalismo, al avance de los sistemas e ideologías de izquierda, propone una visión de la historia argentina como aglutinada en torno a la religión católica. La década de 1930, con el desarrollo del integrismo católico, reforzó esta visión de catolicismo como elemento constitutivo de la nación”. (IMOLESI, 2014, p.05).

O catolicismo foi, de fato, um ponto de convergência, em um momento em que era preciso incorporar as massas imigrantes ao seio da nação. A maioria dos grupos haviam saído de países católicos. A confluência entre patriotismo e catolicismo se expressou de diversas maneiras, e em muitos âmbitos, sobretudo nas comemorações do centenário<sup>25</sup> da Revolução de Maio, e se fortaleceu nas décadas que se seguiram. É nesse contexto de transformações sociais e culturais na argentina do início do século XX, que o nacionalismo se intensificou. A *CNMMyLH* viria para auxiliar na escolha dos dispositivos materiais que reforçariam essa narrativa nacionalista.

Os discursos construídos pela *CNMMyLH* estimulavam a rememoração de determinados feitos e personagens históricos na formação da Nação e o reconhecimento dos lugares e monumentos vinculados a estes. Os grandes eixos de rememoração promovidos pela *CNMMyLH*, nesse início de atuação (1938-1946) foram: a preservação

---

24 No Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira a tratar da questão, inserindo a noção de “objeto de interesse histórico e artístico” na legislação brasileira, nesse período, foi criado o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio, instalado no Museu Histórico Nacional, por iniciativa de seu diretor, Gustavo Barroso. Na Argentina as comemorações do centenário da Revolução de Maio, em 1910, marcaram um interesse na preservação de edificações relacionadas a esse evento, dando início às primeiras ações, declarando algumas edificações como monumentos históricos.

25 As comemorações do Centenário, em 1910, foram um marco para o fazer historiográfico argentino, que intensificou seu viés nacionalista nas décadas de 1930 e 1940.

dos bens relacionados a Independência do país e seus heróis (a Revolução de Mayo, a independência, a formação da república, as batalhas e elementos que corroboraram no processo de consolidação da Nação, os elementos vinculados à afirmação da soberania nacional, as figuras como de San Martín, Urquiza, Sarmiento e Alberdi), e a atuação da comunidade jesuítica. O catolicismo era valorado, não apenas na atuação dos jesuítas, mas também em como estes teriam contribuído para a formação do Estado-Nação: “Levene, en sus escritos, también establecía un vínculo entre catolicismo e independência, recordando la participación de los clérigos en la Revolución de Mayo” (URIBARREN, 2009, p. 228).

Sendo assim, as Missões jesuítico-indígenas enquadravam-se perfeitamente na narrativa de nação que estava sendo reforçada. Os sítios históricos dos antigos povoados jesuítico-indígenas representavam um projeto hispano-católico, que alcançou êxito entre os povos nativos. Além disso, creditava-se aos povoados missioneiros o protagonismo na luta pela defesa das fronteiras hispânicas ante ao avanço português, e assim, garantindo a integridade do território que viria a formar a nação argentina. Assim, os remanescentes missioneiros passaram a integrar o conjunto dos patrimônios nacionais, encaixando-se na narrativa de nação que se pretendia reforçar. Coube à CNMMyLH enviar seus técnicos ao distante território missioneiro e efetivar as ações de preservação, ainda que enfrentando diversas problemáticas, como mencionamos anteriormente.

Além disso, Guillermo Furlong<sup>26</sup>, um historiador jesuíta, integrou também a CNMMyLH, deixando relatos e narrativas que incentivavam a atuação da *Comisión* em Misiones. Entrelaçando as narrativas do passado colonial missioneiro, a valorização da atuação jesuíta na América, e ressaltando a participação de missioneiros e jesuítas no processo de independência da nação argentina, sempre atento às fontes, e aos pressupostos da *Nueva Escuela Historica*, Furlong construiu narrativas que atendiam as demandas do período, dentro dos métodos científicos do fazer historiográfico em voga. Agradou à Igreja, respondeu às demandas nacionais, e ainda conseguiu imprimir o seu posicionamento: “Por un lado, Guillermo Furlong vivió y escribió en años clave para la conformación de la Iglesia católica argentina y la redefinición de su rol en la sociedad” (IMOLESI, 2014, B, p.14). Sua atuação na CNMMyLH, conforme demonstram os

---

26 Furlong transitou entre os espaços da Academia Nacional de História produzindo narrativas historiográficas sobre a nação e seus próceres, em momentos em que se requeria este tipo de publicação. Por outro lado, teve acesso aos arquivos da Companhia de Jesus e produziu obras que narravam a atuação da ordem na América platina colonial. O encontro entre essas duas vertentes de sua produção, foi estabelecido ao construir a narrativa dos jesuítas como, também, construtores da nação argentina.

boletins da instituição, demonstram o seu incentivo à atuação da instituição nos sítios históricos de Misiones.

Portanto, as edificações dos antigos povoados jesuítico-indígenas de Misiones inseriam-se na narrativa católica, jesuíta e hispânica que se pretendia valorar. Os sítios de Misiones inseriam-se como elementos formadores da nação argentina que se pretendia narrar. Ainda que sob dificuldades de atuação, a *CNMMYLH* deslocou à Misiones seus técnicos e profissionais para efetuar a salvaguarda do sítio de San Ignacio. A instituição levou ao território periférico seus técnicos e profissionais e foi decisiva na preservação do sítio de San Ignacio Mini. Ainda que, como destacamos, sua atuação não logrou levar aos demais sítios históricos de Misiones seu aporte de preservação, alcançando estes apenas décadas mais tarde.

No caso brasileiro, por outro lado, esse processo de inserção do legado missioneiro jesuítico-indígena não foi tão afinado. O governo de Getúlio Vargas, aliado aos intelectuais modernistas, lideraram a tarefa de edificação da nacionalidade brasileira. O ingresso maciço de arquitetos nos diversos quadros do SPHAN foi moldando a ideia de patrimônio histórico, essencialmente, como o patrimônio edificado. Centraram suas atuações na conservação de uma materialidade da história, moldaram um conceito de patrimônio histórico e artístico nacional<sup>27</sup>. Os intelectuais envolvidos na criação do SPHAN tiveram o papel de elencar o que consideravam os elementos representativos da identidade da nação. Desta forma, foram escolhidos os elementos referentes à colonização portuguesa e aos valores europeus e católicos. “Rechaçava-se o Brasil índio, negro, latino-americano, e não católico” (MEIRA, 2008, p.114).

Dentro do processo de construção de uma identidade nacional, baseado na matriz luso-brasileira, a escolha dos remanescentes das missões jesuíticas, como patrimônios nacionais foi contraditória, tendo em vista que esses bens simbolizam a ocupação espanhola de parte do território do estado do Rio Grande do Sul. E sobretudo, simbolizam um período de intensa disputa pela definição das fronteiras meridionais. Entretanto, apesar de não confirmar a matriz lusa, o tombamento do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo representou a salvaguarda de um patrimônio de origem ibérica, e principalmente, católico, símbolo de um projeto que buscava levar os valores e costumes europeus aos

---

27 O foco de atuação dos profissionais nesse período foi salvaguardar o maior número de exemplares possíveis, consolidando a chamada Fase Heroica (1937-1964) de atuação da instituição. Nesse processo, a prioridade foi a salvaguarda dos bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, primordialmente a arquitetura luso-brasileira, militar e religiosa (FONSECA, 2005; CHUVA, 2009).

povos nativos. Portanto, o projeto jesuítico mereceu um espaço dentre os bens salvuardados pelo SPHAN e foi, nos primeiros anos de atuação deste, o principal espaço de ação da instituição no estado.

Nesse sentido, há que se ressaltar a importância dada aos critérios estéticos<sup>28</sup> atribuídos aos remanescentes de São Miguel, já que seu tombamento foi realizado no Livro Tombo de Belas Artes e não no Livro Tombo Histórico. De São Miguel Arcaño preservava-se ainda a fachada da antiga igreja e boa parte de sua estrutura, o que, de certa forma, constituíam-se nos vestígios materiais que melhor representavam o projeto reducional católico. Segundo Meira (2008), no Rio Grande do Sul os tombamentos realizados pelo SPHAN nas primeiras duas décadas de atuação foram, em maioria, atribuídos a critérios e valores históricos, mais do que artísticos, devido a uma tendência no estado gaúcho em preservar bens históricos herdados da tradição da valorização da história regional e dos feitos históricos. A maioria dos bens tombados, portanto, foram inscritos no Livro Tombo Histórico. Entretanto, a autora destaca que apenas os dois bens tombados na região das Missões foram inscritos no Livro Tombo de Belas Artes, indicando a falta de clareza destes bens na composição da história e da memória regional do estado (MEIRA, 2008).

O Rio Grande do Sul teve, em sua maioria, bens históricos tombados pelo SPHAN, mas os patrimônios da região missioneira foram alocados no Livro Tombo de Belas Artes e não no Livro Tombo Histórico. As Missões, símbolo da ocupação espanhola, durante quase três séculos, em parte do território do estado do Rio Grande do Sul, não foram eleitas como patrimônios, tampouco preservadas pela sua historicidade, mas sim por sua beleza e excepcionalidade, preservadas enquanto imagem. Se tratava, de fato, de um bem de origem espanhola, dissonante da história nacional que se pretendia narrar. Entretanto, a salvaguarda pelos critérios estéticos e o foco na preservação destes, abrandariam as contradições.

Por mais que não houvesse um consenso entre os profissionais do SPHAN, quanto a justificativa para o tombamento e a preservação de São Miguel Arcaño, enquanto

---

28 Ana Lúcia Goelzer Meira, em sua tese de doutorado, de 2008, pela UFRGS, apontou uma questão fundamental na seleção e na preservação de patrimônios empreendida pelo SPHAN: a oscilação entre a busca da imagem e do documento. Segundo a autora, as obras de restauração tiveram por objetivo, em alguns momentos, produzir uma representação/imagem desejada das edificações restauradas, privilegiando os aspectos visuais e, em outros, buscaram a salvaguarda de um documento herdado, procurando preservar os elementos constitutivos autênticos das mesmas. Essa distinção, enquanto imagem ou enquanto documento, que foram aplicadas pelo SPHAN, é perceptível através da análise das inscrições dos processos de tombamento dos bens, enquanto os inscritos no Livro Tombo Histórico possuíam valor de documento, os bens inscritos no Livro Tombo de Belas Artes eram valorados enquanto imagem/representação.

integrante da história nacional que se pretendia narrar, ainda assim, é preciso lembrar que tratava-se de uma herança europeia, que reforçava os laços que a história nacional possuía com a Península Ibérica. Portanto, a sua preservação, ainda que um tanto emblemática, não fugia totalmente do discurso que se pretendia construir, de uma história nacional com origens europeia, branca e católica, legitimada através do patrimônio material.

Assim, as contradições em torno da sua preservação, enquanto um elemento originalmente fruto da colonização espanhola do território, foram sendo minimizadas pela ênfase que buscou-se dar no seu valor arquitetônico e artístico, tendo sido por isso inscrita no Livro Tombo de Belas Artes, e não no Livro Tombo Histórico. Não existia uma clareza quanto a sua participação e a sua importância na composição da história nacional, apenas havia a certeza, por parte dos profissionais do IPHAN, que por representar uma obra jesuítica e europeia, e pela sua beleza e monumentalidade, merecia ser preservada. Também é preciso considerar a influência dos profissionais que atuavam na instituição naquele período, em sua maioria arquitetos, que sem dúvida não deixariam de lado uma obra arquitetônica tão expressiva e monumental.

Além da problemática de seu pertencimento à uma história nacional, os patrimônios da região missioneira são emblemáticos enquanto pertencentes à história das origens do estado do Rio Grande do Sul. Os debates sobre as origens do estado polarizavam-se em dois grupos<sup>29</sup>, a matriz lusa, os que defendiam os eventos fundacionais através ocupação portuguesa, iniciada através do litoral gaúcho, e a matriz platina, os que afirmavam que tudo originou-se através da instalação das missões jesuíticas por meio do oeste do estado. A origem Lusa está associada à formação de Rio Grande, em 1737, e a origem hispânica associada à fundação da redução de São Nicolau<sup>30</sup>, em 1626, a primeira redução instalada à leste do Rio Uruguai na primeira fase reducional.

---

29 Sabe-se que por quase três séculos uma fronteira imaginária dividia, ao meio, o território que hoje corresponde ao estado do Rio Grande do Sul entre portugueses e espanhóis que disputavam a posse do território. A instalação das reduções jesuíticas nos séculos XVII e XVIII a leste do Rio Uruguai buscava assegurar a posse do território para a Coroa Espanhola. Moysés Velhinho e Manoelito de Ornellas foram dois intelectuais que discutiram esta visão dualista no início do século XX. A matriz lusa teria iniciado com Aurélio Porto, no início do século XX, continuada por Souza Docca, aprofundada por Othelo Rosa, e aprimorada por Moysés Velhinho. Velhinho defendia que as Missões Jesuíticas, só vieram a fazer parte do território rio-grandense a partir de 1801, afirmando que estas não contribuíram para a composição cultural e social dos rio-grandenses, como afirmavam os integrantes da matriz platina. Já Manoelito de Ornellas, em todos os momentos e discussões sobre o gaúcho, abordava a platinidade. O intelectual via no gaúcho do século XX uma mescla étnica remontando às raízes profundas dos colonizadores desde a Península Ibérica abordando a contribuição do negro (brandamente), do açoriano, do espanhol, do indígena e abordando também, mais tarde, as contribuições do povoamento ítalo e teuto.

30 São Nicolau hoje constitui-se como um município, e que proclama o slogan de “Primeira Querência do Rio Grande do Sul”.

Um outro fator que teria ainda contribuído para a valoração das edificações missioneiras. Getúlio Vargas<sup>31</sup>, natural da região das Missões/RS, além de ter sido um grande incentivador da criação de políticas estaduais e nacionais de proteção aos patrimônios, foi um defensor de que estas alcançassem também sua região de origem, especialmente a São Miguel, ao qual possuía grande estima. Portanto apesar de contraditório o tombamento de São Miguel das Missões pelo SPHAN, este teve respaldo dentro nas concepções do período que valoravam a cultura europeia, branca e católica, e teve, na figura de Getúlio Vargas um importante aliado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, destacamos que no contexto argentino, as missões jesuítico-indígenas foram bem inseridas na narrativa nacional, como elementos de uma herança hispânica e sobretudo, católica, em um momento em que buscou-se ressaltar a narrativa de uma “nação católica”. Nesse contexto, foi fundamental a atuação de jesuítas, como Guillermo Fulong, que atuou tanto na Academia Nacional de História, quanto na *CNMMyLH*.

No caso de brasileiro, sobretudo através da patrimonialização de São Miguel Arcanjo, as controvérsias que geravam debates entre intelectuais, sobre as relações das missões jesuítico-indígenas com uma história de conflitos fronteiriços entre Portugal e Espanha, foram subsumidas pela exaltação dos elementos artísticos, a valoração estética, como demonstra a inserção do bem no Livro Tombo de Belas Artes, e não no Livro Tombo Histórico. Além da questão artística, também o fato de ser uma obra católica tornava o bem apto a integrar os patrimônios da nação.

Em um momento em que se definiam as políticas nacionais de seleção e intervenção sobre os monumentos/patrimônios históricos, as edificações jesuítico-indígenas foram inseridas nestas narrativas, alocadas, conforme os contextos. No caso argentino com bastante eficiência, no momento em que reforçava-se a narrativa de uma nação católica, e dessa forma, os jesuítas possuíam um espaço privilegiado. No caso brasileiro, algumas

---

31 Vargas era natural de São Borja, cidade que se edificou sobre os remanescentes do antigo povoado jesuítico de São Francisco de Borja. Vargas conhecia a região e os remanescentes missioneiros e em sua trajetória política, desde os cargos que ocupou no governo estadual, sempre se mostrou favorável à preservação destes. Vargas foi deputado estadual no Rio Grande do Sul de 1909 a 1913 e de 1917 a 1924. Foi deputado federal de 1924 a 1926. Foi Ministro da Fazenda no governo de Washington Luis (1926-1927). Posteriormente assumiu a presidência de 1928 a 1930, de 1930 a 1945. De 1946 a 1951 foi senador pelo Rio Grande do Sul. Em 1951 assumiu seu último mandato de presidente que encerraria em 1954, com a sua morte.

controvérsias tornavam a inserção dos remanescentes jesuítico-indígenas um tanto problemáticas, ainda assim, ao ressaltar seu caráter estético, omitia-se as controvérsias historiográficas em debate.

As narrativas nacionais naquele momento não incluíam as inúmeras influências culturais que os diversos grupos indígenas exerceram na formação de ambas nações. Tampouco valoraram dos grupos indígenas envolvidos no projeto missional. Aliás, estes esforços ocorreriam apenas no final do século XX, e sobretudo, no início do século XIX.

Assim, ambas instituições consolidaram a preservação dos remanescentes missioneiros, sem grandes diálogos ou interações. Nesse momento estava em jogo a afirmação das narrativas nacionais. A possibilidade de trocas, interações e colaborações entre as instituições, e a possibilidade de ações integradas sobre os patrimônios missioneiros, foi uma possibilidade concretizada apenas décadas mais tarde, sobretudo na década de 1980, com a presença de profissionais da UNESCO e a inclusão dos respectivos sítios na lista dos Patrimônios da Humanidade. Como também, a partir da intensificação das práticas turísticas efetivadas nesse período e a possibilidade de ações integradas beneficiarem ambas as regiões.

## REFERENCIAS

BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ed. Ariel, 1997.

BARRIO, Maximino. **Las colecciones de las misiones jesuíticas del Paraguay existentes en el Museo de La Plata**. Vol. 33 (1932): Revista del Museo de la Plata.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC-IPHAN, 2005, 295 p.

GALLERO, Cecilia. KRAUTSTOFL, Elena. **El poblamiento del territorio misionero**. Gobierno de Misiones / Junta de Estudios Históricos de Misiones. Miradas históricas sobre Misiones en el Bicentenario. 1ª ed., 240 p. Posadas, 2010.

IMOLESI, María Elena. **De la utopía a la historia**. La reinención del pasado en los textos de Guillermo Furlong. Mélanges de l'École française de Rome - Italie et Méditerranée modernes et contemporaines. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mefrim/1713>. Acesso em 23/04/2020.

JAQUET, Héctor Eduardo. **Los combates por la invención de Misiones:** la participación de los historiadores en la elaboración de una identidad para la provincia de Misiones, Argentina, 1940-1950. 1 ed. Posadas: EdUNAM, 2005.

LEAL, Fernando Machado. **São Miguel das Missões:** Estudo de Estabilização e Conservação das Ruínas da Igreja. In: Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Rio de Janeiro: n° 19, 1984, pp. 71-96.

LEVINTON, Norberto. **San Ignacio Miní:** La identidad arquitectónica. 1°ed. Buenos Aires: Contratiempo Ediciones, 2009.

LOPES, Maíne Barbosa. **A Comissão Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos:** práticas de seleção e instituição do patrimônio cultural na Argentina (1938-1955). Tese, Programa de Pós-Graduação em História UFRGS, 2019.

MAEDER, Ernesto J. **De las Misiones del Paraguay a los Estados Nacionales.** Configuración y disolución de una región histórica; 1610-1810. In: GADELHA, Regina Maria. Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea. Educ, São Paulo, 1999.

MARCHI, Darlan de Mamann. DA SILVA, Juliani Borchardt. DEZORDI, Estelamaris. Patrimônio, turismo, práticas culturais e identidades na região das Missões no Rio Grande do Sul. Rev. Arqueologia Pública, Campinas, SP v.9, n, 11, p.147-156, 2015.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **A trajetória do IPHAN nas Missões.** In: PESAVENTO, Sandra J, MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX:** atribuição de valores e critérios de intervenção. Porto Alegre/RS. Tese. UFRGS. 2008.

PRATS, Llorenç. **Concepto y gestión del patrimonio local.** Universidad de Buenos Aires. Cuadernos de Antropología Social. n. 21. 2005.

PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimonio cultural.** Madrid. Universidad de Barcelona. Política y sociedad. n. 27. 1998.

PRATS. Llorenç. **Antropología y Patrimonio.** Editorial Ariel S.A. Barcelona. 1997.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das reduções:** a paisagem cultural da região missioneira. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

URIBARREN, María Sabina. **A atuação da ‘Comisión de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos’ da Argentina entre 1938 e 1946:** sua intervenção no Conjunto Jesuítico na Igreja da Companhia de Jesús e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba. 2008. Dissertação (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.